

Proprietários rurais e neofascismo: uma radiografia da ideologia do *agrobolsonarismo*

Rural landowners and neo-fascism: a radiography of *agrobolsonarismo*'s ideology

 **Luana Forlini**¹

 https://doi.org/10.36920/esa33-1_03

Resumo: O objetivo do artigo é analisar os aspectos ideológicos da fração do agronegócio brasileiro que aderiu ativamente ao movimento bolsonarista, particularmente os proprietários de terras de médio capital. Para tanto, mobilizamos documentos e publicações em redes sociais do Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA), das entidades patronais que estiveram ligadas a esse grupo e de seus principais expoentes. A análise dos documentos e publicações foi feita utilizando como instrumento teórico a caracterização do movimento bolsonarista como um movimento com características neofascistas. Concluímos que a ideologia do agrobolsonarismo, da mesma forma que a mobilizada por outros atores dentro do movimento bolsonarista, é principalmente anticomunista, com traços de nacionalismo, conservadorismo, culto à violência e crítica superficial ao capitalismo e à democracia liberal. O baluarte dos interesses dos proprietários de terras é a defesa da segurança jurídica e física da propriedade privada da terra, bem como assegurar sua rentabilidade, e na lógica da ideologia agrobolsonarista,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: luana.forlini@gmail.com.

o principal inimigo da propriedade privada da terra é o “comunismo” e seus aparatos nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Agronegócio. Bolsonarismo. Neofascismo.

Abstract: This study aims to analyze the ideological aspects of the fraction of the Brazilian agribusiness sector that actively adhered to the Bolsonarist movement, particularly medium-capital landowners. For this, we examine documents and social media publications from the Green and Yellow Brazil Movement, employer organizations associated with this group, and its main figures. The analysis of these documents and publications is grounded in the theoretical framework that characterizes the Bolsonarist movement as having neofascist traits. The ideology of agrobolsonarism, as that mobilized by other actors within the Bolsonarist movement, is primarily anti-communist, with elements of nationalism, conservatism, a cult of violence, and a superficial critique of capitalism and liberal democracy. The cornerstone of landowners' interests is the defense of the legal and physical security of private land ownership and the guarantee of its profitability. In the logic of agrobolsonarist ideology, the main enemy of private land ownership is “communism” and its national and international apparatuses.

Keywords: Agribusiness. Bolsonarism. Neo-Fascism.

Introdução

Durante o governo de Jair Bolsonaro (atualmente filiado ao Partido Liberal – PL), entre os anos de 2019 e 2022, foram realizadas diversas manifestações mobilizadas pelo movimento bolsonarista em apoio ao seu governo e, após as eleições de 2022 e do empossamento de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT) como presidente, os prédios institucionais em Brasília foram invadidos e depredados em uma ação violenta realizada também por atores deste movimento no dia 08 de janeiro de 2023. Essas manifestações tiveram caráter antidemocrático, vocalizando

a volta do regime ditatorial, crítica ao Poder Judiciário, particularmente ao Supremo Tribunal Federal (STF), e o culto à violência. O relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) entregue à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), formada para investigar as manifestações do dia 08 de janeiro de 2023, publicizado por veículos de imprensa, apontou o Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA) como um dos principais organizadores e mobilizadores dessas manifestações². O MBVA é um grupo que reúne parte do agronegócio brasileiro, em especial os proprietários de terras de médio capital representados por sindicatos patronais e associações segmentadas por produto. Ele foi criado em 2017 pela União Democrática Ruralista (UDR) em parceria com a Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuaristas e Produtores da Terra (Andaterra) e a Voz do Campo³. Entre seus principais expoentes, podemos citar o ex-presidente da UDR e ex-secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura do governo Bolsonaro, Luiz Nabhan Garcia; o ex-presidente da Associação Brasileira dos Produtos de Soja (Aprosoja Brasil) e ex-presidente da Aprosoja Mato Grosso (Aprosoja-MT), Antonio Galvan; e Jefferson Rocha, diretor jurídico da Andaterra.

A trajetória e os posicionamentos do MBVA são pivotais quando olhamos para o *agrobolsonarismo* (Pompeia, 2022, 2024)⁴, ou seja, a parte do agronegócio que aderiu ativamente ao movimento bolsonarista. Entendemos o movimento bolsonarista como a base impulsionadora e catalisadora do bolsonarismo, o qual configura um campo político maior e heterogêneo (Boito Junior, 2024). Esse movimento é de massa, reacionário e de característica neofascista, seguindo a conceitualização formulada por Boito Junior (2020, 2021). De acordo com o autor, a ideologia do movimento bolsonarista tem semelhanças, ainda que com uma roupagem nova devido às diferenças de contexto político e econômico, em relação aos movimentos que apoiaram os fascismos do século XX. Seu objetivo político último é

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/30/com-apoio-logistico-e-doacoes-serie-b-do-agro-articulou-golpe-desde-2019.htm>. Acesso em: 5 fev. 2024.

³ A Voz do Campo é um programa de rádio transmitido por diversas emissoras, estando atualmente em oito estados.

⁴ Importante fazer uma distinção. Pompeia (2023) utiliza o termo “agrobolsonarismo” para se referir às elites do agronegócio, enquanto, por outro lado, utilizamos o mesmo termo, fazendo referência ao autor, mas com uma diferente definição. O agrobolsonarismo, em nosso entendimento, é a fatia do agronegócio que ativamente aderiu, tanto politicamente quanto ideologicamente, ao movimento bolsonarista. Como mostraremos ao longo do texto, essa fatia refere-se aos proprietários de terras de médio capital. Portanto, não usamos o termo “elite” para referenciá-los.

“a eliminação do pensamento e dos movimentos de esquerda” (Boito Junior, 2021, p. 6-7). Essa ideologia é composta pelo anticomunismo, que opera conjuntamente com o nacionalismo, o conservadorismo, o culto à violência e a crítica superficial ao capitalismo e à democracia liberal. Sublinhamos que tratamos os termos “movimento bolsonarista” e “campo político bolsonarista” como espaços diferentes, sendo assim apenas o primeiro é caracterizado como neofascista. O movimento surgiu primeiro temporalmente, a partir das manifestações encabeçadas principalmente pela alta classe média (Salomão, 2020). Posteriormente, os proprietários de terra de médio capital aderiram a ele (Boito Junior, 2021), o que é ilustrado pela presença de Bolsonaro em encontros e seminários de sindicatos patronais e associações segmentadas de produtos a partir de meados de 2017. Foi somente com o recrudescimento da candidatura de Bolsonaro em 2018 que outros atores da classe dominante demonstraram apoio ao candidato, o que se conformou, então, como o campo político bolsonarista, que é fragmentado e apresenta divergências internas (Boito Junior, 2024).

O presente artigo tem como objetivo analisar a ideologia do agrobolsonarismo, utilizando como ferramenta teórica a conceitualização do movimento bolsonarista como movimento neofascista. Para tanto, faremos a análise de conteúdo das redes sociais, de documentos oficiais e de pronunciamentos formais e informais de figuras políticas e associações patronais ligadas ao MBVA entre os anos de 2017 e 2022. A hipótese levantada é que a ideologia do agrobolsonarismo, da mesma forma que a do movimento bolsonarista como um todo, é principalmente anticomunista, com traços de nacionalismo, conservadorismo, culto à violência e crítica superficial ao capitalismo e à democracia liberal. O baluarte dos interesses dos proprietários de terras é a defesa da segurança jurídica e física da propriedade privada da terra, bem como seu rendimento seja pela especulação financeira ou pela produção⁵, e, como buscaremos explicar ao longo do texto, na lógica da ideologia agrobolsonarista o principal inimigo da propriedade privada da terra é o “comunismo” e seus aparatos, sendo eles: i) institucionais (partidos

⁵ Sublinhamos que, em última instância, seja para rentabilidade, seja para especulação financeira ou para produzir, consideramos que o que interessa aos proprietários de terra é a segurança jurídica da terra e garantir sua propriedade – sem elas, eles não teriam como realizar nenhuma das outras atividades.

políticos considerados de esquerda, especialmente o PT, organizações internacionais, como as Nações Unidas, órgãos e instituições estatais, como o STF); ii) movimentos sociais que demandam a democratização do campo (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, MST, e a Via Campesina) e ONG's nacionais e internacionais, sobretudo àquelas que atuam diretamente em questões indígenas, políticas ambientais e sustentabilidade; iii) os oligopólios, monopólios e oligopsônios que atuam no agronegócio que são, em sua maioria, de capital internacional e iv) ideológico, o qual por meio da mídia, das universidades e instituições de pesquisas, tem como objetivo difamar o agronegócio brasileiro e, particularmente, os proprietários de terra, utilizando o que eles chamam de “discurso ambientalista”.

O artigo procura avançar no entendimento acadêmico da ideologia bolsonarista, que frequentemente é analisada a partir de um recorte urbano e de classe média (Cavalcante, 2020; Salomão, 2022). Importante fazermos um esclarecimento: não consideramos que a ideologia bolsonarista é algo homogêneo, sem fissuras. Ao contrário, partimos do pressuposto de que, assim como o campo político bolsonarista, o movimento bolsonarista também é composto por um diverso espectro de classes e forças sociais. A consequência disso é que sua ideologia é heterogênea e pode apresentar conflitos. Aqui, nosso objetivo é elucidar a ideologia de uma parte do movimento bolsonarista. A relação entre setores do agronegócio e o governo Bolsonaro também é aprofundada, mas, diferentemente de pesquisas como as de Pompeia (2022, 2024) e Motta e Hauber (2022), utilizamos a conceitualização do governo Bolsonaro e do movimento bolsonarista como neofascistas, em detrimento do conceito de populismo. Em um cenário mais amplo, o artigo insere-se na categoria de pesquisas que têm como objetivo analisar o avanço da extrema-direita e de governos autoritários no cenário internacional e as bases sociais que os apoiam.

Delimitação do objeto e metodologia: o agrobolsonarismo como parte do agronegócio

Em debates acadêmicos e da opinião pública sobre quais atores políticos e econômicos apoiaram o governo Bolsonaro, é frequente lermos que o agronegócio, considerado equivocadamente como setor homogêneo,

figurou como um dos principais pilares de sua base política e do movimento bolsonarista. Ocorre que o agronegócio agrupa diferentes etapas da produção agrícola e da produção industrial e tecnológica, sendo essas duas adjacentes à primeira. A área de pesquisa e desenvolvimento de sementes, de fertilizantes, de pesticidas, de máquinas e equipamentos, a produção dentro da fazenda, a comercialização e a financeirização, entre outras, são todas englobadas no termo agronegócio. Existem diferentes empresas e atores atuando dentro do agronegócio, como os que representam a indústria, a tecnologia, os fazendeiros, as *traders* (que realizam a comercialização e o processamento do produto) e os bancos; bem como capitais de origens diferentes (nacional ou internacional) e de tamanhos diferentes (como o médio ou o grande capital). O agronegócio não deve, portanto, ser analisado como um setor homogêneo, nem como possuindo uma representação política única que vocalizaria todos os interesses dos setores inseridos nele.

Entendemos o termo agronegócio utilizando a lente das esferas econômica e política. O agronegócio compreende os complexos agroindustriais marcados pelo processo de implementação da agenda neoliberal na economia a partir da década de 1990. A partir da década de 2000 e dos governos petistas (2003-2016), o agronegócio foi uma peça fundamental para o neodesenvolvimentismo, aqui entendido como o desenvolvimento possível dentro dos marcos neoliberais (Boito Junior, 2018). Como resultado de todo esse processo, ressaltamos: i) uma crescente concentração⁶ de setores dentro do agronegócio na mãos de oligopólios e oligopsônios, sobretudo à montante e à jusante da fazenda, ou seja, em produção de sementes, agroquímicos, comercialização, processamento, entre outros (Escher, Schneider, 2019; Wilkinson, 2009); ii) crescente presença de capital estrangeiro em vários setores dentro do agronegócio (Wilkinson, 2009); iii) financeirização do agronegócio (Isakson, 2014); iv) estreitamento da dependência tecnológica e financeira de fazendeiros frente às grandes empresas do agronegócio (Ioris,

⁶ De acordo com Silva *et al.* (2020), a concentração desses processos nas mãos de poucas empresas cria uma espécie de armadilha para os fazendeiros que comandam a produção de soja em suas terras, ao diminuir a sua margem de lucro e estreitar a dependência desses em relação às grandes empresas do agronegócio. Os fazendeiros recorrem frequentemente às grandes empresas para atualizar as tecnologias que utilizam em suas produções e para linhas de financiamento com o objetivo de pagar suas dívidas.

2016; Silva *et al.*, 2020) e v) expansão de terras e o aumento do valor do preço das terras, acompanhado por estrangeirização das mesmas (Alentejano, 2020).

Em relação à esfera política, existem pesquisas que demonstram que diferentes frações da burguesia permeiam o agronegócio, sendo possível que, em uma mesma cadeia produtiva, como no caso da soja, existam diferentes frações com comportamento político distinto (Ferreira, 2021; Forlini, 2020, 2021a, 2021b; Miguel, 2023). Cyrino (2017) demonstra que os setores da produção de carne bovina, pecuaristas e frigoríficos, tiveram posições políticas diferentes durante o governo Lula entre 2003 e 2010, relacionadas com o tamanho do capital. Seguindo nessa mesma linha, Pompeia (2021) argumenta que o agronegócio possui uma grande heterogeneidade de posicionamentos e interesses. Podemos observar isso de maneira nítida nas reações de diferentes associações e entidades frente às decisões, discursos e políticas relacionadas ao meio ambiente adotadas por Bolsonaro (Pompeia, 2023). Esses diferentes posicionamentos ligados aos diferentes setores que compõem o agronegócio demonstram como o termo é amplo e abarca não só o que se produz dentro da fazenda, mas também à jusante e à montante dela.

Iremos analisar um setor específico dentro do agronegócio: os proprietários de terras. Consideramos que eles podem ter interesses divergentes de outros setores do agronegócio e que não foi o agronegócio como um todo que aderiu ao movimento bolsonarista e apoiou irrestritamente o governo Bolsonaro. Esses proprietários de terras são de médio capital nacional por três motivos: i) quando olhamos para os processos de produção, comercialização e financeirização do agronegócio, o grande capital é, em sua maioria, estrangeiro (Escher; Schneider, 2019; Santos; Glass, 2018; Wilkinson, 2009); ii) em termos de produção dentro da fazenda, as maiores empresas do Brasil são SLC Agrícola (com 733 mil hectares), Grupo Golin/Tiba Agro (com 300 mil hectares em dados de 2018) e Amaggi (com quase 400 mil hectares) (Agrozil, 2023; Santos; Glass, 2018). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maioria das propriedades rurais (81,4%) tem até 50 hectares. Apenas 0,3% das propriedades rurais possuem mais de 2.500 hectares (IBGE, 2017). Essas empresas de grande capital são geralmente representadas por associações diferentes das elencadas aqui, como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos e Vegetais

(Abiove) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag); e iii) em pesquisas anteriores, particularmente de Forlini (2020) e de Miguel (2023), é explicitado que as entidades ligadas ao MBVA, como a Aprosoja Brasil e a Aprosoja-MT, representam o sojicultor de médio capital. Para ilustrar: o proprietário de terra de médio capital é aquele ator dentro do agronegócio que possui uma quantidade considerável de terra (ou seja, não é considerado como agricultura familiar ou pequeno agricultor), mas longe da quantidade que o grande capital possui. Ele é constantemente subjugado, tanto economicamente quanto politicamente, pelo grande capital que está presente à jusante e à montante de sua produção, ou seja, pelas grandes empresas que produzem sementes, fertilizantes, entre outros, e as que fazem a estocagem, o processamento e a comercialização dos produtos.

Como apontado anteriormente, o MBVA foi indicado por relatórios de instituições do governo e também por pesquisas anteriores (Pompeia, 2022, 2024) como um dos principais organizadores, financiadores e mobilizadores das manifestações em apoio ao Bolsonaro. O grupo foi responsável por mobilizar manifestação em maio de 2021, no contexto da pandemia de Covid-19 e após a anulação da condenação de Lula confirmada pelo STF em abril daquele ano⁷. Augusto Heleno, que foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional de Bolsonaro, apareceu em um vídeo com Nabhan Garcia e Antonio Galvan solicitando que a manifestação fosse virtual para evitar mais conflitos e polêmicas durante a pandemia, já que o governo Bolsonaro estava sendo criticado pela opinião pública por se recusar a tomar medidas para retardar a propagação da doença. Mesmo assim, o protesto ocorreu no dia 15 de maio e intitulava-se “O agro e o povo pela democracia” (Pompeia, 2022). Ainda em 2021, o MBVA esteve por trás de outra manifestação em 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil. Na rede social oficial do grupo, são várias as publicações feitas com o intuito de mobilizar para a sua realização. Nesse contexto, Antonio Galvan apareceu ao lado de Sérgio Reis em um vídeo em que o cantor ataca o STF. O vídeo foi gravado no escritório da Aprosoja Brasil em

⁷ Lula era o principal candidato da esquerda às eleições de 2018, mas não pôde participar devido à sua contestada condenação e prisão em 2017. Lula saiu da prisão em 2019 e, em 2021, teve sua condenação anulada. Depois disso, foi ser candidato à presidência nas eleições de 2022 e foi eleito.

Brasília⁸ e, em entrevista ao jornal Estadão, Galvan afirmou que a Aprosoja Brasil apoiava a manifestação⁹. Após a circulação do vídeo, o STF determinou busca e apreensão na casa de Galvan¹⁰. Em resposta, o MBVA publicou nota de repúdio dizendo que o que ocorreu foi um ataque ao Estado democrático de direito, que os críticos do STF eram perseguidos e que, por outro lado, ações de “grupos de extrema-esquerda, que pregam a ditadura do proletariado, como o MST [...]” permaneceriam impunes¹¹. Dias antes do 07 de setembro, o STF também determinou o congelamento das contas bancárias da Aprosoja Brasil e da Aprosoja-MT. Ambas as Aprosojas eram suspeitas de transferir dinheiro para financiar as manifestações antidemocráticas¹². O MBVA também é apontado como orquestrador dos ataques aos edifícios institucionais e à democracia em 8 de janeiro de 2023, após a vitória e posse do atual presidente, Lula. Segundo relatório da Abin, acessado por jornais como a agência UOL, a CNN e O Globo, o MBVA foi um dos principais responsáveis pela mobilização, organização e financiamento do 8 de janeiro.

A partir de uma pesquisa exploratória sobre o MBVA e a sua história, destacamos as principais associações patronais que participam do grupo, sendo elas a UDR, a Andaterra, a Voz do Campo e a Aprosoja Brasil. As três primeiras estavam na conformação do movimento ainda em 2017, enquanto a Aprosoja Brasil se sobressai pelo seu peso na cena política¹³, comparado às outras. O segundo passo foi levantar os documentos e publicações dessas entidades e de seus expoentes principais, bem como as publicações do próprio MBVA, entre os anos de 2017 e 2022. A UDR não possui redes sociais e endereço virtual próprio, portanto realizamos a sistematização das publicações em redes sociais

⁸ Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/08/21/ruralistas-financiam-manifestacoes-golpistas-7-setembro/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

⁹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/antes-de-ser-alvo-da-pf-presidente-da-aprosoja-confirmou-apoio-a-ato-de-7-de-setembro/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/08/20/presidente-da-aprosoja-brasil-e-alvo-de-buscas-determinadas-pelo-stf-em-mt.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CS2jucMrhDx/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/moraes-determina-bloqueio-de-contas-da-aprosoja-para-rastrear-apoio-a-atos/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

¹³ A Aprosoja Brasil é uma associação maior e melhor estruturada, estando capilarizada em todo o território nacional com as aprosojas estaduais – o que Miguel (2023) denomina como “rede Aprosoja”. Seu apoio e aderência ao movimento bolsonarista não foram consequência de um processo sem disputas e fissuras, já que expoentes importantes dentro da história da associação e da cadeia produtiva da soja, como o ministro da Agricultura do terceiro governo Lula, Carlos Fávaro, criticaram abertamente o posicionamento da Aprosoja Brasil e especialmente da sua diretoria do período do governo Bolsonaro.

de Nabhan Garcia e de entrevistas que ele concedeu no período. A Andaterra possui endereço virtual próprio, entretanto, não há nada publicado no site — por isso, os documentos selecionados da entidade foram aqueles relacionados às publicações feitas em rede social. O mesmo procedimento foi feito no caso do MBVA e da Voz do Campo, sendo que em ambos os casos também analisamos vídeos publicados no canal oficial de cada um na plataforma YouTube. A Aprosoja Brasil é a única entidade que possui um número considerável de publicações (notícias, artigos de opinião, documentos diretivos, entre outros) em seu endereço virtual próprio.

A partir da coleta de todos os documentos referentes ao MBVA e às figuras políticas e entidades que fizeram parte ativamente do grupo, foi realizada sua codificação, processo-chave dentro da análise de conteúdo de acordo com Halperin e Heath (2012), utilizando o *software* QDAMiner. A codificação foi realizada a partir dos elementos que, de acordo com a caracterização de Boito Junior (2021), compõem a ideologia bolsonarista, ou seja, o anticomunismo, o nacionalismo, o conservadorismo, o culto à violência e a crítica superficial ao capitalismo e à democracia liberal. Posteriormente, foram selecionados os principais trechos dos documentos e publicações para construir o argumento do presente artigo. Quando necessário para complementar alguma informação presente em publicações nos sites e redes sociais oficiais listados, também foi feita a coleta de dados de outros meios de comunicação, como portais online de jornais.

A caracterização do governo Bolsonaro e do bolsonarismo como neofascismo

No meio acadêmico, acontece um amplo debate sobre a caracterização do governo Bolsonaro e do bolsonarismo. O conceito de populismo (Rennó, 2020) para defini-los é bastante utilizado. Ele é aplicado em pesquisas sobre a relação entre eleitores rurais e governos de direita e extrema-direita, existindo um amplo espectro de “populismos” — populismo de direita, populismo de extrema-direita, populismo autoritário, populismo rural, entre outros (Brooks, 2020; Carolan, 2020; Jadhav, 2020; Mamonova; Franquesa, 2020; Scooner *et al.*, 2018; Sheingate; Greer, 2021).

Em pesquisas que analisam especificamente o governo Bolsonaro e setores do agronegócio, o conceito de populismo também é frequentemente usado. Motta e Hauber (2023) têm como foco as políticas ambientais (ou, melhor dizendo, antiambientalistas) de Bolsonaro face aos interesses do grande capital do agronegócio. Os autores concluem que o governo Bolsonaro pode ser caracterizado como populista protoautoritário de extrema direita, pois “enquanto Bolsonaro invoca o discurso populista de defesa do povo, ele adota medidas autoritárias para defender o agronegócio global” (Motta; Hauber, 2023, p. 658, tradução nossa). Pompeia (2024) utiliza o conceito de populismo de direita para analisar como o agrobolsonarismo aderiu ao governo Bolsonaro e ao movimento bolsonarista. Não é nossa intenção debater o populismo neste artigo, mas é importante mencionar que, compartilhando da mesma argumentação de Boito Junior (2023) e Traverso (2019), consideramos este conceito muito impreciso para examinar o governo Bolsonaro e o bolsonarismo. Não descartamos, entretanto, a faceta populista do governo Bolsonaro, mas a entendemos como parte integrante do neofascismo, conforme Melo (2020) aponta, baseando-se na definição de fascismo de Griffin (1991). Importante sublinharmos que, em nossa exposição do conceito de (neo)fascismo, não pretendemos esgotar toda a literatura e debate sobre esse tema. Devido ao escopo do artigo, descartamos as pesquisas que concebem o (neo)fascismo tendo como panorama um viés culturalista ou comportamental. Privilegiamos autores que olham para o conceito de fascismo dentro da ciência política e, mais especialmente, para a literatura marxista.

Existem também aqueles autores que utilizam variações do conceito de fascismo para definir o governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista, como “protofascismo” (Fontes, 2019) ou “pós-fascismo” (Traverso, 2019). Além disso, outros autores caracterizam o governo Bolsonaro como neofascista, como Arcary (2019), Filgueiras e Druck (2019) e Cox (2021). Segundo Arcary (2019), o governo Bolsonaro é neofascista em um país dependente semiperiférico e representa o ódio a um projeto igualitário realizado durante os governos do PT (2003-2016), além de ter uma base popular, especialmente a classe média. Segundo Filgueiras e Druck (2019),

o governo neofascista de Bolsonaro reencena as experiências fascistas da Itália e da Alemanha no capitalismo neoliberal do século XXI, impulsionado por novas tecnologias que flexibilizam e degradam rapidamente os direitos da classe trabalhadora. Cox (2021) descreve Bolsonaro, Donald Trump e o processo do Brexit como neofascistas, sublinhando que todos eles emergiram de crises distintas do capitalismo.

Seguindo as pesquisas de Boito Junior (2020, 2021), pretendemos analisar a aderência e a participação dos proprietários de terra de médio capital no movimento bolsonarista caracterizando-o como neofascista. O autor argumenta que o fascismo é um regime político possível dentro do Estado capitalista, apoiado por uma base de massas reacionária composta principalmente pela pequena burguesia, pela classe média e pelos proprietários de terras. O processo da chegada do fascismo ao poder tem períodos e surge a partir de uma crise política (Boito Junior, 2020; Poulantzas, 1972), ou seja, é possível um governo com caracterização fascista sem um regime fascista, embora este último seja o seu objetivo. Os governos e regimes fascistas podem ser apoiados por diferentes frações da burguesia, dependendo da conjuntura e do contexto político e econômico. Não é, portanto, um regime que tem como fração hegemônica apenas o capital monopolista, argumento utilizado por autores como Borón (2019) para rejeitar a caracterização do Bolsonaro como neofascista.

Em relação à ideologia do movimento bolsonarista especificamente, Boito Junior (2020, 2021) argumenta que ela está enraizada na natureza de classe pequeno-burguesa e/ou de classe média. Assim como os fascismos do século XX, no neofascismo é mobilizado o anticomunismo e a eliminação dos atores da cena política associados ao comunismo que, no caso brasileiro, seriam os movimentos sociais e os partidos políticos identificados com a esquerda, como o MST e o PT. Para tanto, é muito útil o nacionalismo conservador perpetrado pelo movimento bolsonarista, o qual busca a construção de uma nação sem “ideologias”, homogênea, a qual não suportaria lutas e movimentos sociais que proclamam as diferenças políticas dentro da sociedade, como o movimento LGBTQIA+, os movimentos sociais do campo, entre outros (Boito Junior, 2021). Outros pontos importantes são:

a crítica superficial e conservadora ao capitalismo e à democracia burguesa e o culto à violência.

O início do MBVA e o embate com o grande capital

O MBVA foi criado em 2017 no contexto do julgamento do STF sobre a inconstitucionalidade do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural), um imposto cobrado sobre a comercialização dos produtos agrícolas, cujo objetivo é contribuir para a previdência do trabalhador rural. Em 2011, o STF havia entendido que a cobrança no Funrural, no formato e com as taxas com as quais era aplicado, seria inconstitucional, então muitos proprietários de terra deixaram de recolher o imposto. Porém, em março de 2017, o STF abriu novo julgamento sobre a cobrança do Funrural e o seu entendimento sobre a matéria mudou, por um placar de 6 a 5, considerando, portanto, o imposto constitucional. Quem abriu a divergência na votação foi o ministro do STF, Alexandre de Moraes¹⁴ — posteriormente, em uma das *lives* publicadas pelo canal no YouTube do MBVA, Jefferson Rocha diz que, a partir desse momento, os proprietários de terra já “sabiam o que esperar” do ministro, que se tornaria um dos membros do STF mais criticados pelo movimento. Nas convocações para a manifestação de 7 de setembro de 2021 em Brasília, em diversas publicações na página oficial do MBVA, está escrita a legenda “Supremo é o Povo! Fora Alexandre de Moraes, impeachment já! Fora Barroso, impeachment já! Rodrigo Pacheco, agora é Fora Moraes e Barroso! Impeachment já!”¹⁵.

O MBVA agregou entidades patronais, sindicatos e proprietários de terra que eram contrários à volta da cobrança do Funrural. Nessa época, o grupo se aproximou do então deputado Jair Bolsonaro, que era pré-candidato à presidência. Nabhan Garcia acompanhou e fez discursos ao lado de Bolsonaro em diversas feiras agrícolas pelo interior do país, como no IV Seminário A Voz do Campo, em agosto de 2017, que aconteceu em Gramado, no Rio Grande do Sul. Naquela oportunidade, o líder da UDR e Jefferson Rocha expressaram

¹⁴ Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/189390-jefferson-da-rocha-diretor-juridico-andaterra.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentobrasilverdeeamarelofc/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

seu apoio ao candidato que despontava como o mais preparado para defender os interesses dos proprietários de terra nos âmbitos político e ideológico¹⁶. De acordo com Nabhan Garcia, os proprietários de terra estavam com seu direito à propriedade privada fragilizado, principalmente pela atuação do MST, classificado como um movimento social comunista. Outro problema arrolado foi a atuação dos cartéis dos grandes frigoríficos e *traders* que, respaldados por “governos covardes e traidores”, agiriam para manipular negativamente os proprietários de terra. A UDR havia participado em 2012 do Movimento Nacional Contra o Monopólio dos Frigoríficos, mobilizado em conjunto com a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) (Acrissul, 2012; Pompeia, 2022, 2024). Tal movimento denunciava as ações monopolistas realizadas pelo grande capital do setor da pecuária que, durante os governos do PT, foi beneficiado pela política de “campeões nacionais”, cujo objetivo era impulsionar empresas como JBS e Marfrig por meio da oferta de créditos favoráveis ou subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Cyrino, 2017).

Em seminário de “comemoração” dos 58 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 2022, Jefferson Rocha disse que o julgamento sobre o Funrural foi influenciado por interesses “escusos” de um monopólio da proteína animal que “começa com J, tem um B no meio e termina com S”, fazendo referência à JBS¹⁷. Na mesma ocasião, o líder do MBVA disse que “do lado da esquerda sempre tem um grande capitalista financiando e no [estado do] Mato Grosso tem uma víbora lá chamada Blairo Maggi [um dos fundadores do Grupo Amaggi, uma das *traders* de capital nacional]”. Na continuação, Jefferson Rocha também cita os irmãos Joesley, então donos da JBS. Os monopólios em todos os setores do agronegócio deveriam ser quebrados para evitar uma “Revolta de Atlas”. A citação ao livro de Ayn Rand é paradigmática para entendermos a relação feita dentro do agrobolsonarismo entre grande capital e comunismo¹⁸. Na história de ficção, os Estados Unidos estão caminhando a passos largos para o coletivismo que, no livro, é caracterizado como uma formação social sem liberdade, em que

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l5qXmie1ZcY>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7titNknziwg>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁸ Para maiores informações sobre o livro de Ayn Rand, veja https://aterraeredonda.com.br/a-revolta-de-atlas/#_edn8.

os empresários produtivos, racionais e talentosos são espoliados por um Estado intervencionista, organizações não governamentais e monopólios. Os monopólios são frutos da ação do Estado intervencionista. Particularmente no caso brasileiro, seguindo essa lógica, podemos inferir que o monopólio de empresas como a JBS é consequência das políticas adotadas por um governo intervencionista e comunista, liderado pelo PT.

A relação entre oligopólios/monopólios e governos de esquerda é explorada no discurso de outras forças sociais do bolsonarismo, como demonstra Salomão (2022) ao analisar a conformação do discurso ideológico bolsonarista na classe média. O autor tem como objetivo explicitar a produção cultural e ideológica do neofascismo, utilizando os discursos do ex-ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, e a caracterização formulada por Boito Junior (2021) do governo Bolsonaro e do movimento bolsonarista como neofascistas. Nos discursos de Weintraub, a esquerda, os monopólios e oligopólios e os corruptos estariam atuando juntos para transformar o Brasil em um “paraíso esquerdista”. O grande capital teria o papel de financiar as campanhas e os governos de partidos comunistas e esses, por seu turno, atuariam para manter o poderio econômico dos primeiros. Juntos, grande capital e comunistas teriam como objetivo um projeto totalitário de poder que teria, como consequência, a destruição da liberdade e da família. Ao se referir aos monopólios e oligopólios, Weintraub cita diretamente o BNDES, a política de campeões nacionais e as grandes empresas do setor de proteína animal (Salomão, 2022).

Sublinhamos que, no caso da pecuária, o grande capital é predominantemente nacional, comportando, além da JBS, a Marfrig e a BRF. Em outras cadeias produtivas importantes, como no caso da soja, que é o carro-chefe da produção e das exportações, o grande capital é, em sua maioria, estrangeiro. É o que notamos quando consideramos as *traders*. As maiores são as americanas Cargill, ADM e Bunge, a holandesa Louis Dreyfus e a chinesa Cofco (Santos; Glass, 2018). O mesmo acontece no setor de fertilizantes, produção de agrotóxicos, origem de sementes, entre outros. Da porteira para fora, o proprietário de terra lida, sobretudo, com os interesses e demandas do grande capital internacional. Esse embate e as divergências explicitadas com o

grande capital permitem reforçar algo que as entidades relacionadas no MBVA e o próprio movimento afirmam: eles representam o médio capital nacional dentro do agronegócio. O agrobolsonarismo é formado pela camada média do agronegócio brasileiro, principalmente pelos proprietários de terras de médio capital.

Os conflitos dentro de setores do agronegócio foram notados também no escopo de suas representações políticas, inclusive dentro do Congresso. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apresentou postura favorável à cobrança do Funrural, pois parte de sua estrutura institucional é financiada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), que representava uma fatia da carga tributária do imposto¹⁹. Sobre essa postura da CNA, Nabhan Garcia disse que a entidade estava conspirando contra os produtores rurais e que ela seria exemplo de “peleguismo”²⁰. Criticou também os parlamentares membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), citada como sinônimo da Bancada Ruralista, os quais dariam “tapas nas costas” dos proprietários de terra, mas, na hora de defender seus interesses, se transformariam em “covardes e frouxos” porque estão “vendidos”. Jefferson Rocha argumenta na mesma linha. Durante a “Reunião de Lideranças do Movimento Brasil Verde e Amarelo em Santa Catarina”, ele disse que “temos a Bancada Ruralista [...] que representa quem? Bunge, Cargill, ADM, Cofco, todos os interesses, inclusive os internacionais, menos o nosso”²¹. Em outro evento, ele vai além e diz que a Bancada Ruralista é “a mais esquerda de todas”²².

Tanto a FPA quanto seu principal instituto formador de opinião, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), se tornaram paulatinamente, ao longo da década de 2010, influenciados pelos setores da “porteira para fora” do agronegócio, como a agroindústria e as *traders*. O IPA foi fundado oficialmente em 2011, no contexto de debate sobre o Código Florestal, por entidades patronais da soja e do algodão. Em 2017, de acordo com Pompeia (2022), ocorreu uma inflexão na configuração das entidades representadas dentro do

¹⁹ Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/189329-stf-decide-que-e-constitucional-contribuicao-ao-funrural-sobre-receita-bruta-da-producao.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l5qXmie1ZcY>. Acesso em: 10 mar. 2024.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U9RA0ljK6E>. Acesso em: 10 mar. 2024.

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7titNknziwg>. Acesso em: 10 mar. 2024.

instituto e aquelas que representavam o setor secundário, como as indústrias, passaram a ser a maioria. Entre outros motivos, esse processo ilustraria o fortalecimento da verticalização nas cadeias produtivas dentro do agronegócio, encabeçadas majoritariamente pelo capital internacional. A própria Tereza Cristina, ex-líder da FPA, não teve apoio inicial do MBVA quando Bolsonaro a escolheu para ser a ministra da Agricultura, apesar de sua postura conciliadora e técnica sobre as questões referentes ao agronegócio. O MBVA preferia que Nabhan Garcia fosse escolhido para a pasta e Bolsonaro cogitou sua indicação; entretanto, as propostas defendidas por ele, como a fusão entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente²³, foram consideradas radicais e não encontraram lastro nas representações políticas do agronegócio como um todo. Nabhan Garcia acabou sendo nomeado como Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura.

A questão da segurança fundiária e da propriedade privada da terra

A segurança fundiária, a expansão de terras para a produção agrícola e sua rentabilidade são questões caras aos proprietários de terras e, como argumentamos, as mais importantes dentro dos seus interesses políticos e ideológicos. A título de exemplo, a criação da UDR foi feita em meio aos debates sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985. A UDR nasceu como representante do setor mais reacionário dentro da agricultura, reunindo proprietários de terras, defendendo o seu armamento e em oposição à reforma agrária e à democratização do campo (Bruno, 1996). A sua criação também foi uma resposta à criação do MST, que tinha (e tem) como objetivo principal justamente a reforma agrária e a democratização do campo. A atuação da UDR arrefeceu durante a década de 1990, enquanto, por outro lado, o MST expandiu suas atividades e influência política (Coletti, 2006). Ao longo dos anos 2000, Nabhan Garcia tornou-se seu principal expoente e seu presidente em 2012. O culto à violência, a defesa do armamento e da propriedade privada da terra são questões constantes na atuação da UDR. De acordo com Bruno (1996), a defesa do território, alinhada com a violência

²³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/25/politica/1540501309_755952.html. Acesso em: 12 mar. 2024.

e o incentivo à formação de milícias, é o fator mais estruturante dentro das demandas da entidade.

Dentro da lógica do agrobolsonarismo, existem três “inimigos” que buscam solapar diretamente a segurança fundiária e a propriedade privada da terra. O primeiro deles são os movimentos sociais do campo, em especial o MST e a Via Campesina. O segundo são as políticas de reconhecimento dos direitos de minorias, que estão ligadas à questão indígena e quilombola e à demarcação de seus territórios. O último é o “discurso ambientalista”, perpetrado por atores externos (ONGs internacionais, governos, particularmente os europeus, e grande capital) e também internos, o qual limitaria a produção e a rentabilidade dos proprietários de terras e criaria uma imagem negativa do setor. Tal imagem negativa seria reforçada pela mídia e pelas universidades, instituições comandadas pelo “esquerdismo”. Lembramos que todos esses “inimigos” funcionam como engrenagens do comunismo — afinal, eles têm como objetivo debilitar e acabar com o direito da propriedade privada da terra.

As atuações do MST e da Via Campesina são duramente criticadas e qualificadas como “terroristas” nas publicações analisadas. Inclusive, parte das associações que representam proprietários de terras de diferentes cadeias produtivas aderiram ao apoio ao Bolsonaro por causa de suas propostas referentes ao enfraquecimento e eliminação dos movimentos sociais do campo. No discurso que Bolsonaro fez em 2018 na Agrishow, uma das principais feiras agrícolas que acontecem anualmente em Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, ele prometeu criminalizar o MST (o que foi oficializado em seu programa de governo para a candidatura à presidência) e combater a corrupção²⁴. Ligada à segurança fundiária e ao combate aos movimentos sociais do campo, a flexibilização do porte de armas em propriedades rurais também era uma demanda dos proprietários de terra, ainda que essa questão não esteja tão explícita nos documentos oficiais e nas publicações do MBVA e das entidades aqui analisadas. Em 2019, o então presidente Bolsonaro fez outro discurso na Agrishow, no qual ele prometeu a maior flexibilização do uso de armas de fogo para enfrentar as ocupações de terra, ou invasões no vocabulário bolsonarista. Em 2022, Bolsonaro fez novo discurso na feira

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I9KjQyGlzBk>. Acesso em: 5 fev. 2024.

agrícola e, ao repetir seu bordão “o povo armado jamais será escravizado”, ele ouviu aplausos e gritos de “obrigada, presidente” da plateia, formada em grande parte por proprietários de terras²⁵.

Além dos motivos evidentes pelos quais os proprietários de terras são contrários aos movimentos que lutam pela democratização do campo, a atuação desses últimos é vista pelo agrobolsonarismo como uma importante ferramenta do projeto de dominação comunista. Em vídeo publicado em resposta à ocupação feita pelo MST e pela Via Campesina na sede da Aprosoja Brasil em Brasília em protesto contra a fome, a insegurança alimentar e a atuação da associação nas manifestações antidemocráticas de 07 de setembro de 2021²⁶, Jefferson Rocha comenta que “lá na Venezuela, que tinha uma agricultura muito forte também, começou com essa história: invasões de terra, fim do direito de propriedade e simplesmente o setor produtivo lá foi exterminado (...)”²⁷. Para o líder do MBVA, outro país que estaria caminhando para o comunismo seria a Argentina, que então estava sob o governo de Alberto Fernández. A Andaterra publicou nota de repúdio em julho do mesmo ano, denunciando o curso de extensão “Reforma Agrária Popular, Agroecologia e Educação do Campo: alimentação e educação no enfrentamento ao agronegócio e às pandemias”, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na nota, lê-se que “o debate da Reforma Agrária foi monopolizado por criminosos e até mesmo terroristas, como o MST” e, continua, “é um curso voltado para enfrentar o agro nacional e, neste processo, ir implantando uma agenda comunista no campo” (Andaterra, 2021). Em vídeos publicados pelo seu perfil oficial na plataforma YouTube, Nabhan Garcia também expressou falas contra o MST e contra partidos e movimentos de esquerda quando ainda atuava como secretário do Ministério da Agricultura. Em vídeo intitulado “Nabhan Garcia faz desabafo e pede o fim de militâncias políticas”, ele classifica como “ditaduras sangrentas” os governos de Fidel Castro, Evo Morales, Hugo Chávez, entre outros. No mesmo vídeo, ele diz: “O Brasil não tem mais lugar para comunismo”²⁸.

²⁵ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ygN_RuCH-z4. Acesso em: 10 fev. 2024.

²⁶ Documento que explica a ocupação feita pelo MST e pela Via Campesina: <https://mst.org.br/2021/10/15/por-que-ocupamos-a-aprosoja/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bSeTjMZyHHk&t=29s>. Acesso em: 25 nov. 2023.

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wfMCYfWzAVQ>. Acesso em: 5 fev. 2024.

O entrave contra o MST e outros movimentos sociais do campo transformou-se em ações políticas concretas. Houve a suspensão da reforma agrária, pois, segundo Nabhan Garcia, não havia recursos disponíveis para realizá-la²⁹. O MBVA também apoiou ativamente o Projeto de Lei (PL) 6193/2019, que propunha aumentar a pena do chamado “esbulho possessório” (ocupação ilegal em propriedades) e criar um novo tipo penal, o “esbulho qualificado”, com pena de 6 a 12 anos. De acordo com publicação do grupo, o PL em questão foi idealizado pela Andaterra e teria como alvo justamente os movimentos sociais do campo³⁰. Ademais, a queda no número de ocupações feitas no espaço rural pelos movimentos sociais durante o governo Bolsonaro foi comemorada pelos proprietários de terras. Em publicação na sua rede social, Nabhan Garcia divulgou uma tabela com o número de ocupações em propriedades rurais ocorridas desde 1995, nos primeiros anos de cada governo. Enquanto, por exemplo, nos primeiros anos dos governos de Dilma Rousseff (PT), 2011 e 2015, os números de ocupações foram 200 e 182, respectivamente, no primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019, esse número foi cinco³¹.

No período em que esteve no cargo de secretário do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia também agiu para debilitar os processos e os mecanismos de demarcação de terras indígenas e quilombolas. Ele atuou em favor da destituição de Franklimberg Ribeiro de Freitas da presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Marcelo Xavier foi nomeado novo presidente e, com sua ajuda, Nabhan Garcia conseguiu implementar a “Instrução Normativa número 09”, permitindo a legalização de fazendas dentro de terras indígenas que estavam aguardando serem regularizadas pelo governo. Na prática, dois anos após a sua implementação, o governo Bolsonaro tinha certificado 239 mil hectares de fazendas dentro dessas terras, ou seja, em terras indígenas (Oliveira; Fonseca, 2023). Existe uma constante reclamação por parte dos proprietários rurais de que as terras indígenas e aquelas destinadas aos quilombolas ocupam um espaço demasiado no território brasileiro. Nas palavras do Deputado

²⁹ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/10/interna_politica,729995/nao-ha-dinheiro-para-a-reforma-agraria-afirma-secretario.shtml. Acesso em: 5 fev. 2024.

³⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWCB8v-Lo9S/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

³¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI6eDvUDvRL/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Federal Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PL), em evento realizado conjuntamente com o MBVA e com a Marcha da Família Cristã pela Liberdade, a esquerda teria uma interpretação de que o território brasileiro inteiro deveria ser destinado aos indígenas³².

As demarcações das terras indígenas, mais do que frear a expansão das terras agrícolas dos proprietários rurais, teriam um papel-chave dentro do projeto de poder comunista e ele é explicado em um seminário publicado no canal oficial do MBVA, com Edward Luz, conhecido como “antropólogo dos ruralistas”³³. O movimento comunista atual teria duas características principais: i) ser internacional (é feita a alusão à célebre frase de Karl Marx e Friederich Engels em O Manifesto Comunista: proletários de todos os países, uni-vos!); e ii) ter mudado o seu foco sobre qual força social seria capaz de dirigir a revolução comunista, do proletariado para as minorias políticas (indígenas, movimento LGBTQIA+, movimento feminista, entre outros). O comunismo, enquanto movimento internacional, veria o Brasil como um laboratório para entender o processo da revolução, utilizando sobretudo a questão indígena. O aparato comunista internacional (governos europeus, ONGs e oligopólios e monopólios internacionais), conjuntamente com os aparatos nacionais (partidos políticos, movimentos sociais e ONGs), contaria com a questão indígena como uma ferramenta para pavimentar o caminho ao comunismo, por meio da demarcação de terras e do discurso ambientalista.

O discurso ambientalista serviria como uma “máscara verde” para o comunismo atual, ou seja, o “comunoambientalismo” (Aprosoja Brasil, 2021). Edward Luz faz uma analogia utilizando duas expoentes de partidos e movimentos considerados de esquerda: a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva, ministra do Meio Ambiente do terceiro governo Lula. Dilma representaria o velho comunismo, enquanto Marina, munida de um discurso em defesa do meio ambiente, representaria o atual. Por meio de tratados internacionais e restrições cada vez mais severas em relação à produção das cadeias do agronegócio, o discurso ambientalista serviria para enfraquecer a soberania brasileira, tudo em nome de um projeto totalitário comunista

³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7titNknziwg&t=2103s>. Acesso em: 25 nov. 2023.

³³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rwWSidP5nw>. Acesso em: 25 nov. 2023.

internacional. Como publicado em artigo da Aprosoja Brasil, “O Acordo de Paris e as campanhas dos falsos ambientalistas contra o Agronegócio Brasileiro é a mais sofisticada e ‘promíscua’ variante do comunismo internacional” (Aprosoja Brasil, 2021). Nesse sentido, em julho de 2022, o MBVA postou uma imagem em sua rede social que diz “Somos contra a Agenda 2030”³⁴ e, logo abaixo, “Fora comunismo e governo mundial!”³⁵. O mote “governo mundial” refere-se a um conceito que foi difundido durante o governo Bolsonaro pelo seu ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o globalismo.

De acordo com Loureiro (2023), o globalismo é um complexo sistema de teoria da conspiração, no qual o principal vilão é o comunismo que, em vários momentos, aparece cercado por uma força maligna quase sobrenatural. A ideologia marxista teria se infiltrado no processo de globalização econômica e a transformado no seu meio de propagação. Seria, então, a partir da globalização econômica que a agenda comunista, como o discurso ambientalista, se difundiria dentro dos Estados. O comunismo, dentro dessa lógica, significa um governo totalitário global com a ausência completa de liberdade. Para combater a implementação do comunismo e, portanto, o globalismo, a principal tática seria fortalecer o nacionalismo, em defesa da liberdade, do conservadorismo e, em última instância, da espécie humana. Loureiro (2023) argumenta que o nacionalismo exacerbado perpetrado por Ernesto Araújo seria similar ao nacionalismo presente na ideologia fascista do século XX — em ambos os casos, tal conceito seria utilizado como um bastião contra o “outro”, o vilão, seja ele o comunismo ou o judaísmo.

Considerações finais

Importante levarmos em consideração, para analisar a lógica da ideologia agrobolsonarista, que os interesses e demandas dos proprietários de terras são influenciados por dois fatores concretos: i) o interesse em expandir a fronteira agrícola para aumentar a produção, a segurança fundiária e a rentabilidade da terra; e ii) o fato de que os fazendeiros não controlam os preços pelos quais

³⁴ A Agenda 2030 é uma série de medidas discutidas e aprovadas no âmbito das Nações Unidas para atingir o desenvolvimento sustentável. Entre os objetivos elencados, estão a fome zero e a agricultura sustentável e a ação contra a mudança global e o clima.

³⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cgg_SWwLi0m/. Acesso em: 25 nov. 2023.

vendem seus produtos e compram insumos, dependendo de outras empresas, especialmente aquelas do grande capital internacional. Se, por um lado, os proprietários de terras não têm controle sobre o que ocorre da porteira para fora e estão à mercê da verticalização produtiva constante que acontece em todas as cadeias produtivas, eles precisam defender sua produção, seu lucro e o que os constitui enquanto classe social, ou seja, a propriedade privada da terra. Tendo isso em vista, podemos entender o porquê a ideologia neofascista teve aderência desse setor. Como exposto, de acordo com Boito Junior (2021), o neofascismo tem como objetivo principal a *eliminação do pensamento de esquerda e do comunismo* — ora, o maior vilão da propriedade privada da terra é justamente o comunismo, o qual deve ser combatido com violência (armamento) e sob o discurso de defesa da nação (nacionalismo). O combate ao comunismo passa pela luta contra seus aparatos, como os movimentos sociais do campo, os movimentos indígenas e quilombolas, os partidos políticos considerados de esquerda, os órgãos e instituições estatais que estariam a trabalho da esquerda (como o STF e políticos “corruptos”), as ONGs, o discurso ambientalista, os oligopólios, monopólios e os oligopsônios à montante e à jusante da fazenda. Todos esses aparatos que estão a serviço do comunismo colocam em risco, concretamente, a propriedade privada da terra, sua rentabilidade, a expansão da fronteira agrícola e a constituição dos proprietários de terras enquanto classe social.

O anticomunismo serviria, então, como uma espécie de “guarda-chuva” para os demais elementos da ideologia do bolsonarismo, porém sem eliminar a importância destes: o nacionalismo, o conservadorismo, o culto à violência e a crítica superficial ao capitalismo e à democracia liberal. Para se defender frente às restrições impostas pelo discurso ambientalista, que opera conjuntamente com o movimento comunista global, é necessário defender o território nacional, adotando o discurso nacionalista. Em defesa contra as minorias políticas, que seriam o agente revolucionário comunista, o conservadorismo moral da família e do cidadão de “bem”. Contra os movimentos sociais do campo (e, em vários momentos, contra as comunidades indígenas), é preciso empreender violência, utilizando armas. A crítica à atuação dos monopólios, oligopólios e oligopsônios, que seriam parte de um complô com governos

de esquerda, é, também, uma crítica superficial a como o capitalismo opera atualmente. No caso do agronegócio, há como as verticalizações das cadeias produtivas, encabeçadas frequentemente por capital estrangeiro, ocorrem, achatando o poder econômico dos proprietários de terras. Por fim, o comunismo avançaria institucionalmente, dentro do Estado, por ação de políticos “corruptos” e do STF e, face a esse processo, a democracia liberal deveria ser reformulada, começando pela substituição do voto eletrônico pelo voto impresso e pelo impeachment dos ministros do STF, questões que foram os principais motes do MBVA em suas manifestações.

A aderência aos valores do anticomunismo, do anticapitalismo do status quo, ao nacionalismo exacerbado, à defesa do autoritarismo político e à construção da narrativa do globalismo tem como consequência uma lógica de “nós” contra o “outro”, típica do populismo, conforme apontado por Melo (2020). Os indivíduos e agentes que compõem o “nós”, no caso do movimento bolsonarista, são vistos como cidadãos de bem, defensores da família e dos “bons” costumes, ou seja, daqueles costumes tradicionalistas e avessos às ampliações dos direitos sociais das minorias políticas, entre elas o movimento LGBTQIAPN+ e os movimentos dos indígenas e dos quilombolas. Esses movimentos, de acordo com a lógica do movimento bolsonarista, teriam como objetivo a cisão da sociedade em dois campos e deveriam subjugar-se aos valores da família e do cidadão de bem. O “outro”, portanto, é construído a partir de uma concepção de tudo aquilo que visa à desconstrução da sociedade pautada no patriarcalismo e nos valores do bolsonarismo. Como o movimento bolsonarista é composto, sobretudo, pelas camadas médias, o “outro” também é concebido como as “elites”, entre elas estando os monopólios, oligopólios e oligopsônios que ameaçam a produção da pequena burguesia, ou seja, o grande capital. E todos os indivíduos e movimentos que são definidos como o “outro” têm como característica serem de “esquerda” e/ou “marxistas/comunistas”.

A batalha travada contra o comunismo dentro do agrobolsonarismo beira, em alguns pontos, o irracionalismo. O MBVA critica abertamente a China e a Rússia, Estados que estariam encarregados de espalhar o comunismo pelo mundo. Entretanto, a China é a maior compradora dos produtos do agronegócio brasileiro, sendo em grande parte responsável pela expansão

da produção da soja e da pecuária nas últimas décadas. A Rússia, por seu turno, é a principal vendedora de fertilizantes para o Brasil³⁶, setor essencial para o desenvolvimento e produção das cadeias do agronegócio. Portanto, essas críticas não fazem sentido em termos políticos e econômicos e não são compartilhadas pela esmagadora maioria das representações políticas do setor, como a própria Aprosoja Brasil que, apesar da sua participação no MBVA, é favorável ao estreitamento das relações Brasil-China (Ferreira; Forlini; Belasques, 2022). Exemplo de que até mesmo dentro do agrobolsonarismo há divergências de posicionamentos e interesses.

Para concluir, gostaríamos de fazer uma ponderação. O agrobolsonarismo teve algumas de suas demandas atendidas durante o governo Bolsonaro, sobretudo no que tange à atuação de Nabhan Garcia como secretário do ministério da Agricultura, ao enfraquecimento das políticas ambientais e de demarcação de terras indígenas, que resultaram em episódios como o aumento do desmatamento da Amazônia e a negligência com a saúde e o bem-estar das comunidades indígenas. Porém, o agrobolsonarismo não foi a fração hegemônica nesse período. Apesar de terem algumas demandas atendidas, as políticas implementadas por Bolsonaro em nada mudaram a dinâmica de dependência dos proprietários de terras em relação ao grande capital internacional e nacional e, na maior parte, beneficiaram esses últimos.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE MATO GROSSO DO SUL. *Movimento Nacional Contra o Monopólio dos Frigoríficos*: Carta de Campo Grande. Campo Grande: ACRISUL, 2012. Disponível em: <https://www.acrissul.com.br/noticias/movimento-nacional-contr-o-monopolio-dos-frigorificos-carta-de-campo-grande/5792/>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- AGROZIL. Líderes: quais são os 5 maiores grupos agrícolas do Brasil. *Agrozil*, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://agrozil.com.br/artigos/lideres-quais-sao-os-5-maiores-grupos-agricolas-do-brasil/#:~:text=Amaggi,um%20novo%20modelo%20de%20crescimento>. Acesso em: 20 jan. 2025.

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/03/01/de-quem-o-brasil-importa-mais-fertilizantes-russia-lidera-veja-ranking.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2024.

- ANDATERRA. *Nota de repúdio*. Instagram: @andaterra.agro. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRETGishE8Q/>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 42, n. 4, p. 251-285, 2020.
- APROSOJA BRASIL. Opinião do produtor: A sustentabilidade agroambiental brasileira e o comunoambientalismo mundial. *APROSOJA*, 24 maio 2021. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/artigos/2021/05/24/opinioao-do-produtor-sustentabilidade-agroambiental-brasileira-e-o-comunoambientalismo-mundial/>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ARCARY, Valério. Questões sobre o neofascismo (e Bolsonaro). *A Terra é Redonda*, 25 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/questoes-sobre-o-neofascismo-e-bolsonaro/>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BOITO JUNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp. 2018.
- BOITO JUNIOR, Armando. Porque caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.
- BOITO JUNIOR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, v. 34, 2021.
- BOITO JUNIOR, Armando. Fissuras do campo político bolsonarista. *A Terra é Redonda*, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/fissuras-do-campo-politico-bolsonarista/>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BORON, Atílio. Bolsonaro y el fascismo. *Página12*, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/165570-bolsonaro-y-el-fascismo>. Acesso em: 22 out. 2020.
- BROOKS, Sally. Brexit and the Politics of the Rural. *Sociologia Ruralis*, n. 60, v. 4, p. 790-809, 2020.
- BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996.
- COLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. *Revista Lutas & Resistência*, v. 1, 2006.
- CAROLAN, Michael. The rural problem: justice in the countryside. *Rural Sociology*, n. 85, v. 1, p. 22-5, 2020.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 121-130, 2020.
- COX, Ronald. Capitalism and neo-fascism, class. *Race and Corporate Power*, v. 1, n. 9, 2021.
- CYRINO, Thiago. *A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos lula (2003-2010)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- ESCHER, Fabiano; SCHNEIDER, Sergio. Capitalismo, agricultura e desenvolvimento no Brasil: uma contribuição para o debate atual. In: SAUER, Sergio (Org.).

- Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul Global*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.
- FERREIRA, Mariana. O agronegócio da soja e a indústria têxtil frente à política externa brasileira para a China (2003-2010). In: VALLE, André; NARCISO, Pedro (Orgs.). *A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.
- FERREIRA, Mariana; FORLINI, Luana; BELASQUES, Bruna. A cadeia produtiva da soja e a política externa brasileira para a China (2003-2019). *Revista Conjuntura Global*, v. 11, n. 2, p. 96-118, 2022.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil. *Diplomatique*, 27 maio 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>. Acesso em: 01 out. 2020.
- FONTES, Virgínia. O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência. *Marxismo21*, 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/o-protofascismo-arranjo-institucional-e-policializacao-da-existencia/>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- FORLINI, Luana. *O posicionamento dos produtores de soja no contexto de crise política no Brasil (2014-2019)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- FORLINI, Luana. *A cadeia da soja e o Bolsonaro: apoio e conflito*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021, [s. l.]. São Paulo: ANPOCS, 2021a.
- FORLINI, Luana. Os produtores de soja e o primeiro ano do governo Bolsonaro. In: VALLE, André; NARCISO, Pedro (Orgs.). *A Burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021b.
- GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter Publishers, 1991.
- HALPERIN, Sandra; HEATH, Oliver. *Political research: methods and practical skills*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estrutura Fundiária*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.
- IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Agribusiness in Brazil: the narrative drives on. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 19, n. 33, p. 139-154, 2016.
- ISAKSON, S. Ryan. Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, p. 749-775, 2014.
- JADHAV, Adam. Was it rural populism? Returning to the country, “catching up,” and trying to understand the trump vote. *Journal of Rural Studies*, n. 82, p. 553-569, 2020.
- LOUREIRO, Felipe. Conspiracy theory and the foreign policy of the far right: the case of Jair Bolsonaro’s Brazil (2019-2021). *Contexto Internacional*, v. 45, n. 2, p. 1-20, 2023.

- MAMONOVA, Natalia; FRANQUESA, Jaume. Populism, neoliberalism and agrarian movements in Europe. Understanding rural support for right-wing politics and looking for progressive solutions. *Sociologia Ruralis*, n. 60, v. 4, p. 710-731, 2020.
- MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo *et al.* (Orgs.) *Neo-fascismos e educação: reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2020.
- MIGUEL, Pedro. *Oposicionamento do médio capital sojicultor na crise do impeachment (2013-2018)*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.
- MOTTA, Felipe; HAUBER, Gabriella. Anti-environmentalism and proto-authoritarian populism in Brazil: Bolsonaro and the defence of global agribusiness. *Environmental Politics*, v. 32, n. 4, p. 642-662, 2022.
- OLIVEIRA, Rafael; FONSECA, Bruno. Fazendeiros certificam terras do tamanho de Vitória dentro de áreas indígenas em 2023. *Publica*, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/04/fazendeiros-certificam-terras-do-tamanho-de-vitoria-dentro-de-areas-indigenas-em-2023/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- POMPEIA, Caio. O agrobolsonarismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- POMPEIA, Caio. Agri-bolsonarism: a movement led by agricultural elites and far-right politicians in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, p. 1-25, 2024.
- POMPEIA, Caio. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. *Revista Antropologia*, v. 6, p. 1-27, 2023.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Lisboa: Editora Portucalense, 1972.
- RENNÓ, Lucio. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. *Latin American Politics and Society*, n. 62, v. 4, p. 1-23, 2020.
- SALOMÃO, Arthur. Nova República e classes médias no discurso de Abraham Weintraub: uma análise da ideologia neofascista. *Cadernos Cemarx*, v. 16, 2022.
- SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Orgs.). *Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- SHEINGATE, Adam; GREER, Alan. Populism, politicization and policy change in US and UK agro-food policies. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v. 23, n. 5-6, p. 544-560, 2021.
- SILVA, Ramon Felipe Bicudo da *et al.* The soybean trap: challenges and risks for Brazilian producers. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 4, p. 12, 2020.
- SCOONER, Ian *et al.* Emancipatory rural politics: confronting authoritarian populism. *Journal of Peasant Studies*, v. 1, n. 45, p. 1-20, 2018.

TRAVERSO, Enzo. Do fascismo ao pós-fascismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 13, n. 2, p. 12–44, 2019.

WILKINSON, John. The globalization of agribusiness and developing world food systems. *Monthly Review*, 2009.

Como citar

FORLINI, Luana. Proprietários rurais e neofascismo: uma radiografia da ideologia do agrobolsonarismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, e2533103, 09.02.2026. DOI: https://doi.org/10.36920/esa33-1_03



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.